



Johanna Noelia Adamo // Buenos Aires, Argentina (“...Esperanzar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...” - Paulo Freire)

Indocilidade freireana: Educação e luta popular no Sul Global

Oscar Soto¹

Resumo // A experiência da resistência popular na América Latina mostra as múltiplas formas de reinvenção da luta social que está estruturada nos territórios. Apresentamos aqui uma breve revisão histórico-política da luta camponesa e indígena em contextos de conquista, ditadura e neoliberalismo, com a intenção de tornar visível a influência de uma forma de alteridade na gramática política freireana e na educação popular como método de luta no sul global. Com base em uma revisão documental e análise histórica, concluímos que na multiplicidade de movimentos e organizações populares latino-americanos que surgiram neste período, a esperança freireana, o diálogo e a horizontalidade como forma de luta popular são evidentes.

Palavras-chave // resistência; movimentos; gramática política

1 Cientista Político e Mestre em Estudos Latino-Americanos. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales-Universidad Nacional de Cuyo (FCPyS-UNCuyo). Estagiário de CONICET e professor de la FCPyS-UNCuyo. Membro do Centro de Educación, Formación e Investigación Campesina (CEFIC-Tierra/CLACSO) da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (Movimiento Nacional Campesino Indígena-Somos Tierra). Contato: osoto@fcp.uncu.edu.ar

Introdução

As seguintes linhas se distanciam das lucubrações acadêmicas que tendem a circular em torno da pedagogia e de certas “reflexões” teóricas do pensamento educacional. Assim como “tomar distância” na educação tradicional de nossas escolas latino-americanas tem sido um ato naturalizado de disciplina corporal, escrever sobre o pensamento rebelde de *Nuestra América* tende a ser rotineiro na indexação de certos tipos de bibliografia especializada - não é em vão que mais de um intelectual tende a colocar Freire como um *input* para uma teorização delimitada das ciências sociais-. Pelo contrário, acreditamos que o perfil de Freire é uma chave pedagógica e política que explica a efervescência da organização popular.

Tentamos aqui dar um relato de como a luta silenciosa que surgiu sob a influência da educação popular no campo, é escrita como resistência e re-existência, e que pode ser chamada de uma pedagogia que emerge da luta. Ocorre-nos que pedagogia do oprimido, pedagogia da autonomia, da esperança, do questionamento, da educação como prática de liberdade; são nomes extremamente urgentes e atuais.

Primeiro, apresentamos um quadro histórico geral dos processos de desposseção e resistência na América Latina, começando com a conquista espanhola e portuguesa do continente. Consideramos que isto fornece um pano de fundo para a ação antidialógica que nos permite compreender o surgimento de re-existências que no século 20 marcaram revoltas populares na região. Em segundo lugar, reafirmamos que, particularmente nos anos 60 e 70 em *Nuestra América*, a estrutura organizacional da luta no Sul global iniciou um processo de reafirmação das bases autogeridas. Concluímos desta breve visão geral que o influxo da indocilidade e da rebelião popular decorrente da impressão freireana e da educação popular, especialmente os movimentos camponeses e indígenas, reinventaram modalidades de luta anticapitalista a partir desta parte do sul global da América Latina.

Acumular e dominar a América Latina

Historicamente, as lutas sociais na América Latina, desde a conquista espanhola e portuguesa, passando pelas revoltas no contexto das incursões militares estrangeiras, sejam elas britânicas, americanas, francesas ou de qualquer outro tipo na região, tiveram como protagonistas os camponeses, assim como os povos

indígenas (CECENÑA, 2004; QUIJANO, 2000). O forte simbolismo da luta pela distribuição de terras pertencentes aos povos indígenas e camponeses nas Américas tem guiado parte das rebeliões populares desde os tempos de Tupac Amaru no continente, com movimentos políticos e sociais frequentemente rotulados como “milenaristas” e “primitivos”. A tradição de lutas rurais e de escravos como a revolução haitiana (1791-1804) inaugurou processos sociais antiescravidão e anticolonial na América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2006). Gradualmente, após os processos de independência na América, a luta pela coletivização da terra e as demandas populares contra a exploração do trabalho rural e a reivindicação contra o abuso das oligarquias locais de proprietários rurais foram aumentando.

Em 1910, por exemplo, a Revolução Mexicana, com uma revolta camponesa, inaugurou novos tons anti-imperialistas contra o incipiente grande império estadunidense. Assim, as exigências da luta pela terra tornaram-se gradualmente centrais para a gramática revolucionária na América Latina: na Bolívia em 1952, mineiros e camponeses lideraram uma reforma agrária que pôs fim ao regime hegemônico de latifundiários no contexto da Revolução Nacional no país andino (ZAVALETA MERCADO, 1983); a Revolução Cubana em 1959 confiscou plantações, coletivizou terras nas mãos de latifundiários estadunidenses e latifundiários cubanos e as distribuiu entre os camponeses (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2008). No Chile, Peru, Nicarágua e outros países, entre o final dos anos 60 e 70, a mobilização popular arrancou do sistema capitalista uma redistribuição maciça de terras e reformas agrárias, com maior ou menor intensidade na região (STÉDILE, 2020). Posteriormente, em perspectiva, o projeto que tinha integrado os setores populares e feito prosperar um Estado de bem-estar em vários países da região com um modelo de Estado nacional-desenvolvimentista, seria substituído por uma nova lógica de acumulação econômica por *desposseção* (HARVEY, 2004) que fortaleceria a re-primarização do aparato produtivo e a desindustrialização de setores estratégicos nas economias nacionais. Foi assim que a conhecida erosão do sujeito operário, e sua forma de organização sindical, acompanhou a emergência correlativa de uma nova configuração social dentro da estrutura capitalista.

Sem dúvida, o processo de acúmulo europeu marcou a desposseção da América com sangue, corpos e territórios (LUXEMBURGO, 1984). Foi uma “conquista” como a primeira forma de alienação de terras e bens comuns, que deu origem a uma dinâmica de extração necessária para sustentar o empreendimento capitalista imperialista, entre outras coisas através da escravidão e subjugação das populações nativas. A conquista só semeou desolação, talvez porque o significado

profundo de “conquistar” é finalmente esse. Nas palavras de Paulo Freire (2015), todo ato de conquista implica um sujeito conquistador e um “objeto” conquistado que é dado ambíguo; é “um ser que abriga em si o outro”, uma ação essencialmente necrófila (p. 177). A colonização e a opressão são os antecedentes mais antigos da *ação antidiológica* que o grito freireano denunciará mais tarde. Em resumo, a invasão cultural como veículo para a inautenticidade dos sujeitos invadidos (FREIRE, 2015), tem sua data de origem na época colonial, embora ainda persista caprichosamente na sociedade atual do capital. Fomos dominados e resistimos desde o início, fomos subjugados novamente e, no entanto, o curso de nossas rebeliões tornou-se, nas palavras de MARTÍ (1883), “uma decisão enérgica, madura e quase simultânea de entrar com garra no concerto dos povos trabalhadores e triunfantes”.

Ditadura, neoliberalismo e resistência no campo

O contexto de ruptura drástica da estabilidade política, que havia implicado um certo progresso nas demandas sociais continentais, dado em breves interregnos políticos conhecidos como populistas e desenvolvimentistas em meados do século passado (Perón na Argentina, Cárdenas no México, Vargas no Brasil), foi encerrado com a imposição posterior de regimes ditatoriais na América Latina. Primeiro através da ação militar e, mais tarde, através de uma construção neoliberal hegemônica cada vez mais sólida, consolidou-se a deterioração das condições de certo bem-estar, levando a uma erosão da capacidade de unir as forças sociais que tinham caracterizado as lutas populares nos países da região.

Toda a mobilização social nas áreas urbanas - principalmente partidos políticos e sindicatos - havia perdido força na disputa sobre o cenário sociopolítico latino-americano. O processo de reformas neoliberais estruturou uma forma de relações sociais que conseguiu relativizar esferas sociais, unidades produtivas, atores políticos e classes sociais em torno de sua ligação com o eixo regulador da estrutura social: o mercado (CARDOSO, 2021). Em grande medida, a difícil situação econômica da região levou ao surgimento de uma forma de organização dos movimentos de base urbanos e especialmente rurais diante dos problemas sociais e das dificuldades de desafiar as organizações políticas e as lideranças tradicionais.

A partir dos anos 70, em *Nuestra América*, as consequências do sistema econômico neoliberal, como forma de aprofundar o capitalismo, puderam ser vistas no desenraizamento rural. A pobreza do continente começou a ter sua face mais emblemática na privação das faces camponesas da América Latina. Naturalmente, o impacto da pressão do mercado capitalista global sobre as economias locais levou à tendência de coerção e controle por parte dos grandes proprietários de terras sobre os pequenos produtores rurais, a fim de maximizar as exportações e as vendas no exterior; desta forma, a apropriação de terras levou à expulsão de seus territórios tanto dos povos indígenas andinos e centro-americanos quanto dos camponeses sul-americanos. Tudo isso, sob o mito eurocêntrico ancorado em um discurso de progresso como eixo estruturante e base do imaginário capitalista ocidental (PALAU, 2021).

As tarefas ancestrais de semear e colher foram superadas pela força onipresente do capital e o Estado foi colocado no papel de alocador de terra para produção rápida, econômica e eficiente, destinada à exportação, ao investimento estrangeiro e à monopolização do produto da terra, ao estabelecimento de poderosas empresas multinacionais e - finalmente - à facilitação da entrada e saída de capital estrangeiro para dentro e para fora dos países. Desta forma, a hegemonia do tradicional sistema agroexportador liberal, que havia entrado em crise e visto o surgimento na América Latina de um modelo de “substituição de importações” com a capacidade de vincular a produção agrícola ao processamento industrial, foi reinventada em uma nova lógica de dominação política. Em grande parte, a elite agrária de cada país continuou a controlar toda a produção, destino e ação do trabalho camponês e indígena na região.

De fato, o processo das ditaduras, especialmente no Cone Sul, inaugurou a consolidação da modernização capitalista como um sistema “virtuoso” de exploração e expulsão do campesinato e a concentração da terra nas mãos de pequenos grupos econômicos. A desnacionalização da propriedade da terra e a privatização da vida econômica dos países, o avanço do latifúndio, entre outras coisas, foram algumas das evidências do deslocamento dos camponeses de suas terras e a criação de grandes bolsões de pobreza nas cidades; em outros casos, o avanço dos mesmos camponeses para a reserva de territórios indígenas e, na maioria dos casos, formas intensivas de produção agroindustrial em pequena escala (GIARRACA, 2017).

Freire no horizonte das lutas populares

Paulo Freire nasceu em 1921 em Recife, a capital do estado brasileiro de Pernambuco. Como humanista e educador, foi treinado no compromisso popular; estudou filosofia na Universidade de Pernambuco e começou a ensinar História e Filosofia da Educação na Universidade do Recife. Após seus estudos, ele começou a dirigir o Setor de Educação do Serviço Social da Indústria em Recife e fez seus esforços para a alfabetização de adultos no nordeste do Brasil; trabalhou com o Bispo Helder Câmara, além de promover em 1961 o “Movimento da Educação Básica”, uma forma de proclamar sua metodologia educacional. O contexto da práxis em que emerge o trabalho de Freire é influenciado pelo processo de mudança descrito acima; uma forte ideia de esperança e revolução inspirou a época. Entre outras coisas, o destaque da Revolução de outubro de 1917 nos diferentes países do chamado *Terceiro Mundo*, da Ásia à América Latina, tem sido uma forma persistente de evidência de que a revolução é possível (PRASHAD, 2019; FIGUEROA IBARRA, 2021). Especificamente, a mudança da época que os movimentos populares inauguraram nos anos 60 e 70 em *Nuestra América* deu origem a uma nova estrutura organizacional para a luta no Sul global, que surgiu a partir de formas de base autogeridas, sob a influência de uma formação política que a educação popular já pressagiava (MOLINA GUIÑAZÚ, 2021). Nas palavras do pesquisador uruguaio Raúl Zibechi (2011, p. 58):

[...] fue hacia la década de 1970 cuando el panorama político social del mundo popular comenzó a teñirse con nuevos colores: campesinos e indios crearon organizaciones autónomas de los Estados, los partidos políticos y las iglesias, seguidos poco después por los migrantes rurales que se asentaban en los espacios brechas que conseguían abrir en las ciudades. Nuevos actores que dieron vida a una generación de organizaciones diferentes a las anteriores, que enarbolaron nuevos discursos y practicaron modos de hacer cercanos a la estirpe de la acción directa, ocupando tierras urbanas y rurales, practicando formas de acción ilegales que desafiaban los estilos reivindicativos e institucionales del movimiento sindical.

Para a cena política do continente aqui narrada, Paulo Freire será o parâmetro ético-político de uma possível esperança, quando o mundo já estava *sem*

esperança; ao menos um ensaio militante estava à vista, sugerindo que o sujeito latino-americano fosse imbuído de uma profunda crença em homens e mulheres (FREIRE, 2015, p. 81), talvez porque como ele mesmo diria “sem um mínimo de esperança, não podemos sequer começar a investida” (FREIRE, 2010a, p. 25). A luta pela libertação e humanização, que em Freire tem a amplitude dos sonhos levados pelos povos oprimidos da América, é uma força de baixo que detona todas as estruturas possíveis com o objetivo de transcender, dialogar, participar, antecipar, prefigurar, subverter. Na mesma direção, a *educação popular* de Paulo Freire é a possibilidade para trabalhadores, camponeses, *sem-terra*, pessoas excluídas e marginalizadas de pensar e reinventar-se na transição dos espectadores para os verdadeiros criadores das condições materiais da vida. Não é à toa que a linguagem da rebelião pedagógica dos oprimidos/oprimidas é falada em movimentos populares, em comunidades de base, em teorias de dependência, sociologias de exploração, teologias libertadoras, socialismos latino-americanos, pesquisa de ação participativa e tantas outras tradições de resistência em América Latina (MOLINA GUIÑAZÚ; POLTI; SOTO, 2021).

O problema da terra e da economia, entre muitos outros dramas latino-americanos, tem sido metabolizado nos territórios rurais de nossa região. Mulheres e homens latino-americanos, sujeitos carregados de historicidade que sabem que estão no mesmo movimento que os seres “inacabados” (FREIRE, 2015, p. 95), sempre estiveram numa obstinação militante ou numa forma otimista de paixão que visa reinventar os espaços de possível humanização. Mas, o que há de novo na historicidade latino-americana se pensarmos nela a partir da perspectiva de biografias notáveis como a profundidade de Freire? Embora o antigo ainda não tenha morrido em nossa região, os cantos da despossessão são recriados como espaços de liberdade, apesar da dependência (MARINI, 2002). Pensamos que é aqui que a palavra enunciada em Freire pode ser ouvida reivindicando a humanidade dos vencidos e uma pedagogia libertadora: “os oprimidos se libertando e libertando o opressor” (FREIRE, 2015, p. 39).

Achamos interessante a lucidez de Freire quando se trata de sistematizar o espaço vital da militância pela “libertação nacional” que circundou a segunda metade do século XX. Depois que a experiência cubana se tornou um farol ideológico vital (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2008), o surgimento de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil, as esquerdas nacionais e populares na Argentina, ou o ressurgimento de movimentos indígenas

no final do século em todas América, indicaram a interioridade de uma época atormentada pela revolução.

La integración resulta de la capacidad de ajustarse a la realidad más la de transformarla, que se une a la capacidad de optar, cuya nota fundamental es la crítica. En la medida en que el hombre pierde la capacidad de optar y se somete a las prescripciones ajenas que lo minimizan, sus decisiones ya no son propias, por que resultan de mandatos extraños, ya no se integra. Se acomoda, se ajusta. El hombre integrado es el hombre sujeto. La adaptación es así un concepto pasivo, la integración o comunión es un concepto activo. Este aspecto pasivo se revela en el hecho de que el hombre no es capaz de alterar la realidad; por el contrario se altera a sí mismo para adaptarse. La adaptación posibilita apenas una débil acción defensiva. Para defenderse, lo más que hace es adaptarse. De aquí que al hombre indócil, con ánimo revolucionario, se lo llame subversivo, inadaptado (FREIRE, 2010a, p. 34)

A marca do tempo que traça o calendário, desde as notas de Freire no final dos anos 60 até a condensação dos processos políticos e culturais autônomos que se enraízam nesta matriz de não-conformismo e revolução, mostra como nos “cantos” da grande prática social (FREIRE, 2010b) em que se consolidam discursos libertários como este, permanecem os restos da luta social que explicam nossa resistência atual. Assim é que a multiplicidade de movimentos e organizações sociopolíticas que assumem a esperança freireana - seu diálogo e horizontalidade - nos anos 70 conseguiram realizar uma verdadeira reforma agrária a partir de baixo nas grandes cidades e obrigaram os Estados a promover a distribuição de terras e o reconhecimento dos direitos dos setores excluídos. Entre outras organizações, muitas delas expressam este horizonte: “Asociación Nacional de Usuarios Campesinos” (ANUC) na Colômbia, “Toma en Villa” no Peru, no Equador a “Ecuador Runakunapak Rikcharimuy” (ECUARUNARI) e a “Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador” (CONAIE), a “Manifiesto Tiahuanaco” e a “Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos” (CSUTCB) na Bolívia; O “Congreso de San Cristóbal”, que reuniu grupos étnicos e igrejas em Chiapas e mais tarde, em 1994, tornou-se o EZLN, o “Movimiento Campesino Paraguayo” (MCP); na Argentina, o “Madres de Plaza de Mayo”, o “Comité de

Unidad Campesina” (CUC) na Guatemala e a “Ocupação Fazenda Macali” no Brasil, que viria a ser o precursor do MST naquele país.

Atualmente, as *escolas camponesas* integradas na Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo e na Via Campesina internacional (SOTO, 2020), a Escola Nacional Florestan Fernandes (CASADO BAIDES e STRONZAKE, 2016) são provas sólidas da centralidade da práxis educacional nos movimentos sociais. Diante dos enormes desafios que a atual situação latino-americana exige de comprometimento educacional, embora ainda envolvendo pensamento com práxis transformadora, acreditamos que esta é uma constante atualização do que Paulo Freire um dia expressou: homens e mulheres que, desafiados pelo drama da situação, se propõem como um problema (FREIRE, 2015). Neste sentido, a educação, a soberania alimentar e a reforma agrária e popular são semeadas como um elemento de luta popular.

Da mesma forma, na prática dos movimentos sociais, particularmente os movimentos camponeses e indígenas, novas intervenções políticas estão sendo experimentadas, buscando - com base em Freire - o pensamento crítico de sujeitos históricos; uma gramática dialógica/educativa que forja ações políticas não-bancárias, não-dominantes e não-autoritárias. O compromisso com a indocilidade freireana posta em prática pelos movimentos populares latino-americanos implica, nas palavras de Isabel Rauber, um pensamento crítico que se situa e se baseia na classe:

La grieta histórico-cultural de saberes, conocimientos, sabidurías... condensa entonces, uno de los principales obstáculos epistemológicos, gnoseológicos, políticos e ideológicos del “pensamiento crítico” hasta ahora predominante, cuyo sostén impide su transformación en fuente de inspiración y guía del quehacer socio-transformador de los sujetos populares. Esto no puede lograrse desde afuera de las prácticas sociales de los sujetos, tampoco en el fragor de los hechos; es importante contar con un pensamiento comprometido con las prácticas, que sea parte de ellas pero que –a la vez tenga la suficiente capacidad para distanciarse y aportar un punto de vista crítico, es decir, reflexivo, que ponga de relieve lo que la experiencia arroja como enseñanzas, conceptos, propuestas, caminos... y nada de esto puede resultar de una labor individual ni monocultural (RAUBER, 2020, p. 6)

A longa história que narramos relaciona anti-imperialismo, anti-colonialismo, (re)construção da soberania nacional (BARRETO MOREIRA, 2021) e ao mesmo tempo se refere à organização do conhecimento subalterno como formas de re-existência no presente. Estas noções implicam subjetivamente assumir a necessidade de uma comunidade político-pedagógica por parte dos movimentos latino-americanos; acreditamos que isto só pode ser interpretado na medida em que se inscreve na genealogia de uma pedagogia dos oprimidos que tem sido cultivada na ação popular, mesmo muitos anos após estas reflexões. Freire, assim como os movimentos camponeses, os bachilerratos populares, os coletivos autogeridos e as organizações populares de *Nuestra América*, esboçam uma compreensão ampliada da política como uma práxis transformadora e utópica. Em resumo, é uma questão de conceber a educação popular como uma concepção e ferramenta histórico-política.

Conclusão

No decorrer de nossas lutas, as interpretações do pensamento crítico latino-americano herdaram de Freire uma capacidade virtuosa de fugir dos fechamentos desumanizadores da história e de reinventar as lutas populares. A educação popular constitui uma pedagogia humanista e libertadora. O problema da terra, entre muitos outros dramas latino-americanos, tem sido metabolizado nos territórios rurais de nossa região. Neste sentido, as mulheres e os homens oprimidos em América Latina, desde a colonização até o exercício explícito da predominância do capital, provocaram a erosão do sujeito trabalhador, e sua forma de organização sindical, ao mesmo tempo em que viram surgir novas configurações sociais e sujeitos histórico-políticos.

O processo das ditaduras, especialmente no Cone Sul, inaugurou a consolidação da modernização capitalista como um sistema “virtuoso” de exploração e expulsão do campesinato e a concentração da terra nas mãos de pequenos grupos econômicos. Neste vasto contexto de resistência e luta pela libertação, a interioridade da práxis freireana expressou a amplitude dos sonhos levados pelos povos oprimidos da América. É, como vimos aqui, uma força que detona todas as estruturas possíveis a fim de transcender, dialogar, participar, antecipar, prefigurar, subverter. Na mesma direção, a educação popular de Paulo Freire é a possibilidade para trabalhadores, camponeses, *sem-terra*, trabalhadores, pessoas excluídas

e marginalizadas de pensar e reinventar-se na transição dos espectadores para os verdadeiros criadores das condições materiais da vida.

De nossa análise deduzimos que o processo político insurgente dos anos 70 em diante, deu uma nova fisionomia ao mundo popular: camponeses e indígenas criaram organizações populares, seguidos por migrantes rurais que se estabeleceram nas brechas que conseguiram abrir nas cidades. Os temas renovados na luta levantaram novos discursos e praticaram *maneiras de fazer* coisas próximas à linha-gem da ação direta, ocupando terras urbanas e rurais, praticando formas ilegais de ação que desafiaram os estilos institucionais do movimento sindical. É a partir daí que podemos pensar que, no questionamento incessante das dicotomias impostas pela educação bancária, existem maneiras de construir uma outra emancipação decorrente de territórios camponeses historicamente apropriados. Se há algo novo na historicidade latino-americana aqui delineada, é a palavra e a ação política enunciada na obra de Paulo Freire, que reivindica a humanidade dos vencidos e uma pedagogia libertadora.



Referências bibliográficas

BARRETO MOREIRA, A. Imperialismo e anti-imperialismo questões intangenciáveis. **Revista Estudos do Sul Global**, n. 1. p. 126-147. 2021. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/2/20> Acesso em: 1 ago. 2021.

BELL, J.; LÓPEZ, D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1961**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales. 2008.

CASADO BAIDES; STRONZAKE, J. Los Cursos Latinoamericanos de la Escuela Nacional Florestan. In: OLATZ, D. [et al.] **Experiencias de formación política en los movimientos sociales**. UPV/EHU, 2016.

CARDOSO, André, O. As cadeias de produção global e as novas formas do imperialismo hoje. **Revista Estudos do Sul Global**, n. 1. p. 126-147. 2021. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/6/25> Acesso em: 1 ago. 2021.

CECEÑA, Ana Esther. **Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO. 2004.

FIGUEROA IBARRA, C. La Revolución rusa, el antiimperialismo y el imaginario de la conquista del poder en América Latina. In: PIRKER, K.; ROSTICA, J. (coord.) **Confrontación de imaginarios: los antiimperialismos en América Latina** / 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 111-138.

FREIRE, Paulo. **Pedagogía de la esperanza. Un reencuentro con la pedagogía del oprimido**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010a.

FREIRE, Paulo. **La educación como práctica de la libertad**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogía del oprimido**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

GIARRACA, Norma. **Estudios rurales y movimientos sociales: miradas desde el Sur. Antología esencial**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. España: Akal, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo**; Anticrítica (Volumes I e II) / Rosa Luxemburgo; apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. SADER, Emir (Org.). Petrópoles, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2002

MARTÍ, José. **La América**. Nueva York, 1883.

MOLINA GUIÑAZÚ, M. M. Paulo Freire: la cabeza que pensó desde y con América Latina. **Algarrobo-MEL**, [S. l.], v. 9, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/mel/article/view/4813> Acesso em: 3 ago. 2021.

MOLINA GUIÑAZÚ, M.; POLTI, M.; SOTO, O. Cartografía de las resistencias en Mendoza: saberes y estrategias de los movimientos sociales en contextos de pandemia. **Pacha. Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global**, n. 2(5), e21064. Disponível em: <http://doi.org/10.46652/pacha.v2i5.59> Acesso em: 3 ago. 2021.

PALAU, M. Territorios en disputa: agronegocios vs. agricultura campesina. *In*: Porto-Gonçalves, C. [et al.] **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa: Re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 221-234.

PORTO-GONÇALVES, C. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In*: CECENA, A. (coord.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-198.

PRASHAD, Vijay. **Estrela Vermelha: Sobre o Terceiro Mundo**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (comp.) **La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201–246.

RAUBER, I. **Epistemologías desde abajo. Pistas para un pensamiento crítico situado, con pertenencia de clase.** Código Rauber, 2020. Disponible em: <http://isabelrauber.blogspot.com/2020/02/epistemologias-desde-abajo.html> Acceso em: 3 ago. 2021

STÉDILE, João P. *et al.* **Experiencias de Reforma Agraria en el mundo.** 1. ed. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2020.

SOTO, O. H. Educación campesina: las dimensiones pedagógico-políticas en la formación de la CLOC-VC y la UST como experiencia de lucha. **Revista Colombiana de Educación**, [S. l.], v. 1, n. 80, 2020. DOI: 10.17227/rce.num80-11016. Disponible em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/11016> Acceso em: 3 ago. 2021.

ZAVALETA MERCADO, René. **Las masas en noviembre.** La Paz: Editorial Juventud, 1983.

ZIBECHI, Raúl. **Política y Miseria. La relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas.** Buenos Aires: La Vaca Editora, 2011